

Expedição para apurar conflito indígena no AM

AVELINO DO VALE

Uma expedição da Fundação Nacional do Índio destinada a apurar a ocorrência e extensão de um conflito entre índios arredios e peões que extraíam madeira em seu território tribal, no último dia 5, partiu de Manaus com destino à área do incidente, no Alto Solimões, Amazonas, informou-se ontem, na sede da Funai, em Brasília.

A denúncia, feita em nota da Sociedade Brasileira de Indigenistas, sexta-feira passada, em Brasília, no sentido de que dois peões haviam sido mortos, "ignorando-se quantos índios foram abatidos", foi confirmada pela Funai, com a ressalva de que somente com o retorno da expedição à Manaus a ocorrência do fato denunciado será confirmada, informando-se sua extensão, ou desmentida. De acordo com a fonte da Funai, que pediu para não ser identificada, a informação sobre o conflito foi recebida pela 1ª Delegacia Regional do órgão, sediada em Manaus, sendo, então, enviada a expedição para apurá-la. Essa expedição viajará durante 15 dias para ter acesso à área do conflito, por via fluvial, a única existente, e outros 15 para retornar à Manaus, acrescentou o informante. Desconhece-se se os índios que repeliram a invasão de suas terras são Marubó, conforme a Funai, ou Katukina, segundo a SBI indica como possível. Na Funai, não houve qualquer resposta, ontem, à denúncia da SBI quanto ao fato de que o conflito poderia ter sido evitado, por ter havido um alerta sobre sua iminência ao diretor do Departamento Geral de Operações do órgão, coronel Godinho.

XINGUANOS A ESPERA

Apesar de os chefes Raoni e Megaroh já estarem na aldeia desde sábado passado, após irem a São Paulo, depois que a Funai os trouxe à Brasília, terça-feira última, ontem, segundo informou sua assessoria de imprensa, o presidente do órgão ainda não sabia quando irá atender a solicitação deles, viajando até Kretire, no Parque Nacional do Xingu, em Mato Grosso, para levar à consideração dos outros chefes tribais sua proposta de solução do problema fundiário dos Txukarramã.

Rejeitada pelos fazendeiros instalados ao norte do Parque do Xingu, onde 91 guerreiros de seis nações indígenas xinguanas mataram 11 peões que realizavam desmatamento, no último dia 8, a proposta da Funai não satisfez Raoni e Megaron durante a reunião que mantiveram na sede do órgão, em Brasília, quarta-feira

passada. Em decorrência, é previsível que não satisfará aos demais chefes Txukarramã nem aos dos outros povos que participaram do ataque, Suyá, Kayabi, Juruna, Trumái e Kreen-Akarore.

Decorridos nove anos do Decreto presidencial que alterou os limites ao Parque do Xingu em função da rodovia BR-080 (Brasília-Cachimbo), excluindo de sua área as terras ao norte da estrada, os índios xinguanos continuam a não conformar-se com a perda desse território, onde localizam-se várias fazendas. E, nos termos da Constituição Federal, Artigo 198, Parágrafos 1º e 2º, têm assegurada a posse desse território e o usufruto de suas riquezas, já que continuam a habitá-lo e a nele exercer atividades com vistas à sua subsistência. O Artigo Constitucional e seus dois parágrafos prevêem, ainda, que é nulo o título de posse de qualquer natureza de território assim configurado, sem que os ocupantes tenham direito à indenização e, sequer, à ação contra a Funai ou a União. Assim, não é fora de cogitação o restabelecimento dos artigos limites do Parque do Xingu, ao invés do simples desvio da BR-080, desapropriação de fazendas e criação de uma faixa de terra destinada aos índios, na forma de Reserva Florestal, propostas pelo presidente da Funai, que contraria direito constitucional dos índios.